

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais - NIT
Av. Bento Gonçalves, 9.500 - Prédio 43.322 - Sala 212 - Campus do Vale Bairro
Agronomia 91540-000 - Porto Alegre / RS – Brasil - E-mail: nit@ifch.ufrgs.br
Telefones: (51)3316.7167 / 3316.6636 - Fax (51)3316.7306

FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - FAURGS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

EXECUÇÃO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC) JUNTO À COMUNIDADE *MBYÁ-GUARANI* EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES / RS

RELATÓRIO DE CRÍTICA METODOLÓGICA – ETAPA DE IDENTIFICAÇÃO (ABRIL de 2006)

Coordenação e Supervisão IPHAN 12ª SR:

Mestre Beatriz Muniz Freire

Equipe Executora:

Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza – Antropólogo pesquisador e coordenador da Equipe responsável pela Fase de Identificação do INRC *Mbyá* em São Miguel das Missões.

Daniele de Menezes Pires - Técnica Responsável pela aplicação do INRC Bacharel em ciências sociais, mestranda em Antropologia Social do PPGAS-UFRGS.

Carlos Eduardo Neves de Moraes - Técnico Responsável pela aplicação do INRC: Fase Identificação – Bacharel em ciências sociais.

Adrián Campaña Alesandro - Técnico Responsável pela aplicação do INRC: Fase Identificação – Acadêmico em ciências sociais.

Mônica de Andrade Arnt – Bacharel em ciências sociais, etnomusicóloga. Fase Identificação

Participação *Mbyá-Guarani*:

José Cirilo Pires Morinico (*Kuaray Nheery*) – Cacique-Geral *Mbyá* no Rio Grande do Sul.

Osvaldo Paredes (*Karaí Miri*) – *Mbyá* Tradutor Intérprete

Floriano Romeu (*Verá Xondaro*) – cacique da *Tekoá Koenju*

EXECUÇÃO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC) JUNTO À COMUNIDADE *MBYÁ-GUARANI* EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES / RS.

RELATÓRIO DE CRÍTICA METODOLÓGICA – ABRIL DE 2006

Este relatório tem por objetivo realizar uma análise crítica da metodologia proposta ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), a partir da experiência na sua aplicação piloto junto à comunidade indígena *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo, cujos membros circulam pela cidade de São Miguel das Missões e residem na Reserva Indígena do Inhacapetum, ambas localizadas no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

Um e meio anos de interação quase contínuos com os *Mbyá-Guarani* em São Miguel serve de base para avaliar as qualidades e os limites colocados na metodologia proposta pelo IPHAN. Constatamos ser um teste bastante rígido à metodologia do INRC sua aplicação entre os *Mbyá*, considerando a diferença radical¹ de sua sociedade e de sua cultura em relação aos padrões consolidados na “civilização brasileira”. Os *Mbyá* mantêm seu *nhande rekó* (modo tradicional de ser) apesar de séculos de contato e enfrentando condições muito adversas no território dominado pelo latifúndio, pelos centros urbanos e pela degradação ambiental. Sua trajetória étnica demonstra que não são ingênuos no trato com os agentes civilizados e suas lideranças mostram grande habilidade mesmo na “selva de pedra”, circulando pelos “corredores burocráticos” para fazer valer sua autodeterminação frente ao Estado brasileiro.

O INRC surgiu entre os *Mbyá* apenas como mais um dos tantos projetos que lhes são propostos, maior parte deles executada a partir de formulações administrativas prévias que não planejam a participação efetiva e nem flexibilizam suas ações aos interesses dos *Mbyá-Guarani*. Foi preciso resgatar a confiança conquistada pela experiência acumulada ao longo de vinte anos de atuação do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais NIT/UFRGS entre os *Mbyá-Guarani*. Assim, a equipe executora do INRC pode assumir postura de negociação contínua, sincera e

¹ As sociedades indígenas das Terras Baixas da América do Sul são radicalmente distintas dos padrões consolidados pela civilização que se fez brasileira sobre seus antigos territórios originários, o que é enfatizado pela idéia de “diferença radical”. Veja-se Antônio Carlos de Souza Lima em *Um Grande Cerco de Paz* (1995).

explicitando os propósitos implicados no registro nacional de suas manifestações culturais. Não é fácil ultrapassar as fronteiras de resistência impostas pelos *Mbyá* e obter sua confiança, a fim de manipular máquinas fotográficas, câmeras de vídeo, gravadores de áudio e suportar a presença de pesquisadores a xeretar a intimidade de sua vida e cultura. Eles expressam contrariedade ao serem transformados em mero objeto de pesquisa, aceitando os propósitos de documentação apenas quando se sentem implicados no processo e vislumbram ganhos étnicos neste empreendimento.

Aliás, é necessário esclarecer que a questão das entrevistas foi o embate metodológico mais marcante ao longo de toda a aplicação do INRC entre os *Mbyá*. Embora a entrevista apareça como técnica básica de execução do Inventário, o estilo de vida dos Guaraní não se conforma com a rotina de entrevista feita entre dois interlocutores que dialogam apenas através de idéias abstratas e durante horas a fio, ficando sentados e com seus corpos inertes. A vivacidade dos *Mbyá* e o seu estilo silencioso de ser são completamente incompatíveis com nossa rotina de sistematizar idéias pelo discurso exaustivo, como se a oralidade fosse uma motivação desenfreada entre qualquer pessoa, o que é exatamente oposto ao estilo recatado e introspectivo dos *Mbyá*.

Assim não foram aplicadas entrevistas e isso foi tomado como uma decisão inicial dos trabalhos de execução do INRC. Evitando o constrangimento de se deparar com o silêncio dos *Mbyá* a cada vez que tentamos dialogar para encaminhar respostas às questões dos questionários, o que foi muitas vezes respondido pelo desvio da atenção com as rotinas diárias que os envolve, optou-se por focalizar os fatos observáveis, fazendo uma leitura hermenêutica das ações enquanto narrativas gestuais e discursivas. Apenas depois que abandonamos o vício da entrevista formal, foi que os informantes *Mbyá* ficaram tranquilos para falarem mais aberta e espontaneamente de suas referências culturais. Apenas assim, ouvindo e registrando depois dos acontecimentos que se tornou possível detalhar o presente Inventário, o que foi feito, aliás, com grande profundidade.

Por isso, a divisão da aplicação do inventário em três etapas sucessivas mostrou-se adequada, na medida em que possibilitou uma aproximação gradativa ao campo e ao objeto de estudo. O Levantamento Preliminar, etapa inicial desse processo, foi o

momento em que a equipe entrou em contato com o manual de aplicação e com toda a metodologia proposta para esta forma de inventariação de bens culturais. Nosso esforço foi sempre no sentido de pensar a metodologia do INRC em adequação aos limites de aceitação ao registro conforme a realidade *Mbyá-Guarani* encontrada em São Miguel Arcanjo.

O consentimento é o problema mais importante a ser atacado por qualquer equipe que se lance na realização do INRC. Não há como fazer a identificação das referências culturais sem a aprovação das pessoas sobre as quais se lhe executa. Os técnicos empenhados no INRC devem esclarecer para si mesmos as causas que motivam seu trabalho e tais causas necessitam estar em perfeita sintonia com os interesses daqueles que se submetem ao Inventário. Há de se ter muito consciente que a identificação das referências culturais necessita partir da salvaguarda sobre os direitos autorais da documentação produzida, sempre respeitando a privacidade dos informantes/figurantes e de suas coletividades.

Talvez não exista outro caminho para equacionar adequadamente este problema, do que reconhecer que o INRC é o resultado de uma política cultural coerente do ponto de vista antropológico, implementando os propósitos constitucionais de salvaguarda da diversidade étnica e cultural dentro do país. Enquanto implementação de uma política, ela ocorre confrontando o *status quo* dominante e contradizendo rotinas estabelecidas por mais de um século no Brasil, que impõem homogeneização e domesticação das diversidades sociais e culturais. Desta forma, só é possível realizar o INRC tendo consciência sobre tais contradições e assumindo o compromisso de respeito à diversidade cultural daqueles que são atingidos pelo trabalho, o que significa dizer “engajamento” do técnico e ousadia para se impor frente aos vícios etnocêntricos que perduram em diversos setores da sociedade nacional. Tanto mais possibilidade de sucesso existe quanto mais clareza se tem de que o trabalho “técnico” no INRC é, antes de tudo, um trabalho “político”.

O Levantamento Preliminar serviu como momento de preparação da equipe, tanto quanto para notificação, convencimento e negociação junto aos agentes públicos e privados locais na criação de condições adequadas à realização do trabalho. Foram encontradas diversas resistências nesse processo, relacionadas aos preconceitos

manifestos e velados que recaem sobre os *Mbyá* na região. Foi objeto de grande estranhamento por parte dos moradores de São Miguel o fato do Ministério da Cultura estar destinando recursos para os índios, subsidiando uma equipe em paralelo a lá já existente, como se fosse um “desperdício do dinheiro público”. No decorrer do tempo, entretanto, percebemos que a presença de nossa equipe e sua rotina vinculada aos *Mbyá* gerou maior visibilidade e respeito deles junto aos não-indígenas da região e reforçou sua ligação com o Patrimônio Histórico e Artístico das Missões Jesuítico-Guarani, inclusive frente aos turistas que circulam na cidade e no Sítio Arqueológico.

Nossa experiência permite afirmar que a aplicação do INRC é um processo de forte e inevitável repercussão política, o que deve ficar reconhecido por qualquer equipe que se lance em sua execução. O processo de registro do Anexo de Contatos, por exemplo, ocorreu pela escolha de informantes a partir do papel político que ocupam na realidade local e que, por sua vez, repercute na vida dos *Mbyá*. Ao mesmo tempo, a participação de alguns informantes *Mbyá* em detrimento de outros é também reflexo de acertos políticos negociados dentro da própria comunidade, sempre com a ciência e consentimento do cacique, o que não evita estimular conflitos internos (o que realmente ocorreu).

É preciso muita clareza intelectual e preparo técnico para saber como mediar todas as contradições suscitadas pela aplicação do INRC junto a uma comunidade indígena. Talvez sempre seja assim, mesmo em outras comunidades não-indígenas. A diferença radical dos *Mbyá* está em contínuo desacordo com as rotinas administrativas oficiais do Estado Brasileiro, nos abismos que separam a oralidade da escrita, o consuetudinário do “de Direito”, a reciprocidade da lógica do mercado e do domínio do capital.

A fase do Levantamento Preliminar permitiu reconhecer as conseqüências negativas que poderiam advir do processo de “patrimonialização” de bens culturais de uma minoria indígena historicamente marginalizada na construção da sociedade regional, em prol da construção nacional. Ao mesmo tempo, a transposição de uma manifestação cultural qualquer típica de um grupo específico ao patamar de Patrimônio Nacional tem ocorrido, geralmente, no Brasil como forma de padronização e

neutralização das diferenças culturais, suprimindo o potencial crítico e étnico desta manifestação².

Hoje a conjuntura mudou e o modelo de Estado reconhece a sociedade brasileira como sendo pluriétnica e multicultural, embora a estrutura ainda resguarde uma forte tendência de promover a homogeneidade da “cultura nacional”. O INRC é uma iniciativa do Governo Federal, mobilizando esforços e recursos em prol da diversidade. Qualquer equipe de técnicos não-preparada pode assimilar as mazelas da estrutura e desconsiderar o respeito devido aos limites impostos pelos inventariados, frente aos nossos propósitos de Estado. Devemos sempre partir dos processos sociais específicos, acreditando que o INRC possa escapar dos limites estreitos da homogeneidade. Por isso, reiteramos a posição sobre a necessária implicação de alguma comunidade no Inventário e que ela esteja mobilizada junto com o registro de suas referências culturais.

Somos convictos desta posição e defendemos a opção metodológica de completa transparência para com os *Mbyá*, interando-os dos propósitos do processo de inventariação de seu Patrimônio Cultural, alertando para os perigos de uma burocracia caduca e etnocêntrica que insiste em sobreviver e que pode afetar a continuidade deste trabalho. Eles e nós enfrentamos os riscos, acreditando na reversão em seu favor de todo esse processo.

Sem dúvida, a proposição de se partir de uma comunidade na aplicação do INRC é controversa. Nós mesmos acreditamos que inevitavelmente sempre há uma ou mais motivações coletivas para a escolha dos temas a serem inventariados através do INRC, mesmo nos casos em que se faz a aplicação do INRC mediante o tópico “tema” (a mandioca ou as feiras de Brasília, por exemplo) ou “região” (o vale do rio São Francisco, por exemplo). Independente do fato de se adotar a sugestão de partir da definição de “coletividade” concomitante a de “sítio”, sugerimos que a equipe sempre esteja composta por cientistas sociais capazes de diagnosticar os vínculos de

² Diversos antropólogos abordam essa tendência histórica de apropriação pelo Estado brasileiro de manifestações típicas de minorias, para fazerem delas parte da cultura nacional homogênea. No entanto, como coloca Renato Ortiz, “Memória nacional e identidade nacional são construções de segunda ordem que dissolvem a heterogeneidade da cultura popular na univocidade do discurso ideológico” (1985:138). Vejam-se também as análises de Peter Fry (1982) sobre a feijoada como comida tipicamente brasileira e a avaliação de Ruben Oliven (1986) sobre a dupla circulação de manifestações culturais entre o Estado e setores da sociedade brasileira ao longo do século XX

interesses e os conflitos sociais gerados pelo processo de aplicação da metodologia em análise.

O avanço na aceitação dos *Mbyá* a se submeterem ao INRC se deu através de uma lenta negociação, inicialmente sofrendo as mesmas restrições impostas pelos *Mbyá* frente à postura que invade sua privacidade, o que é constantemente reproduzida pelos não indígenas. Só foi possível diminuir o bloqueio que os *Mbyá* impõem às pesquisas, depois que se efetivaram ganhos reais na gestão do Patrimônio das Missões em seu benefício. A antiga e consolidada administração federal dos remanescentes físicos (arquitetônico, arqueológico, paisagístico, artístico) das Missões Jesuíticas ocorreu desconsiderando a óbvia identidade dos Guarani com tal patrimônio, já que geralmente considerados como selvagens meros reprodutores dos padrões coloniais barrocos e tidos como extintos pelo Império brasileiro.

Nosso trabalho de aplicação do INRC foi rapidamente apropriado como oportunidade de inclusão dos *Mbyá* e de seus interesses na gestão do Patrimônio inerte, resguardando sua presença dentro dos parques arqueológicos para a venda do artesanato e para apresentações do seu grupo de canto e dança, o *Coral Jeroyj*, importante manifestação cultural do grupo, que inclusive está sendo registrada no INRC.

Ao final da fase do Levantamento Preliminar, a apresentação de resultados parciais obtidos em nosso trabalho durante um seminário que integrou especialistas e representantes *Mbyá*³, culminou no debate sobre o lugar mais adequado para a construção de “casa de passagem” na cidade de São Miguel para abrigar os *Mbyá* vindos da aldeia para a comercialização de seu artesanato. Com o apoio da equipe do INRC efetivou-se a escolha de construir tal infra-estrutura dentro da área protegida do Parque Federal, o que foi aceito pelos seus gestores. O referido debate também contribuiu para a aceitação de continuidade no uso do espaço para venda do artesanato no alpendre do Museu das Missões e dentro do Sítio Arqueológico pelos *Mbyá*.

³ I Seminário Latino Americano: um olhar para as comunidades Guarani, organizado pelo Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação – NORIE/UFRGS e o Ministério da Cultura/IPHAN, ocorrido na cidade de São Miguel entre 27 de novembro e 04 de dezembro de 2004.

Desde então, estas pequenas vitórias tornaram-se recorrentes no discurso dos representantes *Mbyá* no Rio Grande do Sul, tomando em comparação a realidade dos *Mbyá* que residem na região de *Misiones* (Argentina) e no Paraguai, onde não podem mesmo permanecer na frente dos parques que possuem “ruínas jesuíticas”, ainda menos podem entrar neles ou realizar a venda de seu artesanato. De repente, os *Mbyá* vislumbraram repercussão internacional dos resultados possíveis trazidos pela discussão estimulada durante a aplicação do INRC. Foram assim, vencidas muitas das barreiras étnicas impostas inicialmente ao nosso trabalho.

A fase de Levantamento Preliminar finalizou marcada por uma série de contradições, geradas pela dúvida em torno aos benefícios advindos da aplicação do INRC. A comunidade *Mbyá* em São Miguel é vulnerável a uma grande quantidade de instituições e interferências externas, o que tem produzido conflitos dentro dela, algo que atingiu também a nossa equipe, na medida em que os conflitos prejudicaram nosso trabalho de campo. As tensões culminaram, inclusive, na troca de cacique associada às ingerências de partidos políticos dentro da aldeia em ano de eleição. Como aspecto positivo, tais contradições exigiram da equipe sair dos limites locais e buscar estabelecer alianças com representantes *Mbyá* de outras aldeias para continuação da execução do INRC.

A realização paralela de outros projetos⁴ em comunidades *Mbyá-Guarani* no Rio Grande do Sul permitiu maior aproximação com suas lideranças políticas e religiosas, que foram interados dos problemas enfrentados em São Miguel e passaram a contribuir na continuação do trabalho, sensibilizando-se para a discussão sobre patrimônio cultural. Foi possível observar uma crescente identificação dos *Mbyá* com os Guarani missioneiros, reforçada pela presença deles junto aos remanescentes físicos das *Reducciones*. Assim, promoveu-se a apropriação étnica do projeto de inventário, superando os limites dos conchavos e conflitos locais.

⁴ O NIT/UFRGS acompanha projetos na área de saúde, como no programa de redução de danos causados pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas entre os *Mbyá*, executado pela FUNASA; de sustentabilidade, através do apoio antropológico às ações da EMATER na construção, por exemplo, de *Opy* (casas de reza) em todas as aldeias onde ainda não havia; na elaboração de projeto para a manutenção da forma tradicional de mobilização *Mbyá* (Projeto *Jeguatá Tape Porã* ou Belo Caminho da Tradição); participação nas reuniões realizadas entre lideranças indígenas e representantes de instituições federais, estaduais e municipais responsáveis por políticas públicas voltadas à questão indígena que acontecem no âmbito do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (órgão no qual dois membros de nossa equipe já haviam estagiado anteriormente).

Este desvio operacional na execução do INRC ocorreu em paralelo ao processo de redefinição da categoria Sítio no final da fase de Levantamento Preliminar, buscando dar conta das alianças sociais estabelecidas com outras comunidades *Mbyá* distantes e dispersas em diversos estados do Brasil e territórios na Argentina e Paraguai.

O início da segunda etapa (Identificação), previsto para ocorrer imediatamente na sequência, sofreu abrupta interrupção por contingências administrativo-financeiras. Houve um retardo de cinco meses para que se criassem as condições necessárias à retomada dos trabalhos de registro dos bens culturais *Mbyá* em São Miguel. Este intervalo produziu efeitos negativos, dentre os quais se podem citar: a) desmobilização e re-mobilização da infra-estrutura de suporte à equipe, incluindo dificuldades na locação de imóvel; b) excessivos translados dos documentos e equipamentos do escritório técnico; c) transtornos nas agendas acadêmicas dos membros da equipe; d) quebra na expectativa criada junto à comunidade, que demonstrou ressentimento frente ao “abandono do trabalho”; e) afastamento na interação cotidiana com os agentes em nível regional, impedindo nossa participação nas ações dirigidas aos *Mbyá* e enfraquecendo alianças institucionais; f) prejuízo técnico no registro de eventos étnicos ocorridos nesse período.

A retomada dos trabalhos de Identificação exigiu superar tanto quanto possível tais efeitos negativos, equacionando os problemas conceituais suscitados na etapa anterior. O mais importante deles foi definir as amplitudes espaciais formuladas como eixo de organização da metodologia do INRC. Oportuno destacar que o desdobramento dos livros de registro do Patrimônio Imaterial, a partir do inventário do Sítio no qual ocorrem aquelas manifestações culturais inventariadas, mostrou-se metodologicamente problemático desde o Levantamento Preliminar. Apenas depois que se incluiu o conceito “comunidade *Mbyá-Guarani*” para definir o sítio foi possível se adequar ao contexto de São Miguel enquanto *lócus* e espinha dorsal de nosso organograma de trabalho. De qualquer forma, a idéia de “Sítio” em si não é completamente estapafúrdia à realidade social dos *Mbyá*, na medida em que suas concepções cosmo-ecológicas enfatizam a necessidade de espaços à reprodução de suas práticas tradicionais,

incluindo as áreas de mata que servem de suporte ecológico à reprodução do *ñande rekó*, da *tekoá* e de toda a sua simbologia.

A grande importância simbólica atribuída ao espaço geográfico pela sociedade *Mbyá* ficou valorizada na execução do registro de Sítio, embora esta tarefa tenha se mostrado difícil por diversos fatores. As relações sociais das comunidades *Mbyá* são marcadas pela extra-localidade, efetivadas por um contínuo ritmo de deslocamentos independentes, provisórios (visitas, mobilidade sazonal) ou permanentes das famílias no estabelecimento de laços de aliança, de parentesco e na obtenção dos recursos necessários ao seu sustento. Ao mesmo tempo, a itinerância aparece como traço marcante no ritmo e forma de ocupação do espaço, a ponto de produzir uma contínua transformação na composição populacional das aldeias em observação. Tendo por base de definição inicial a presença *Mbyá* em São Miguel, rapidamente se constatou que ela se interpenetra com a amplitude de outros “sítios” distantes nos quais há comunidades *Mbyá*, da mesma forma como ela se desdobra em subzonas ou áreas próximas, onde se realizam atividades diversas ou se aplicam significados de importância cultural e simbólica.

Em conformidade com o esquema disponibilizado no Manual de Aplicação do INRC, surgiu como alternativa técnica desdobrar o nosso inventário na identificação de um sítio composto por diversas localidades conectadas à da comunidade *Mbyá* em São Miguel, tantas quantas fossem as diversas comunidades *Mbyá* atingidas por nossa pesquisa. Isso fez diluir a importância da ligação entre os *Mbyá* e os remanescentes físicos das Missões Jesuítico-Guaranis coloniais, “monumentos” reconhecidos como Patrimônio Nacional e da Humanidade.

A solução do impasse surgiu apenas após a participação dos representantes *Mbyá* na discussão dessa proposta, que se posicionaram pela ênfase na centralidade das “ruínas” (*tawa*) de São Miguel em recolocarem o debate sobre os vínculos que eles possuem com o território no qual tais remanescentes estão distribuídos. Motivações espirituais também explicam a opção pela centralidade de São Miguel, lugar onde nasceu Sepé Tiaraju e toda a mitologia que o transformou em herói imortal símbolo de resistência étnica *Mbyá*. Pois o “acaso” fez com que Sepé Tiaraju voltasse a ser sonhado em São Miguel pelos *Mbyá* na abertura dos trabalhos da etapa de

Identificação, indício considerado promissor pelas lideranças Guarani que participam em nosso trabalho. O sonho nos fez e faz seguir em frente.

Uma vez definida a centralidade de São Miguel para o desdobramento do trabalho de inventário, foi necessário melhor precisar o conceito de “sítio”, promovendo o intercruzamento analítico das inúmeras variáveis envolvidas. Tornou-se inevitável partir do levantamento sobre a estruturação social do espaço em adequação aos preceitos culturais dos *Mbyá* submetidos à intervenção da equipe do INRC. Optou-se pelo uso da idéia de “comunidade” para reconhecer sua forma própria de organização e para contemplar a diversidade de situações observadas no ritmo de vida de cada pessoa de fala Guarani que ali reside (mesmo que tal residência seja provisória), no trânsito contínuo junto às “ruínas jesuíticas” e dentro do parque federal, caminhando pelas ruas e interagindo com os residentes da cidade de São Miguel das Missões, circulando nas matas da região e habitando a aldeia existente na Reserva Indígena do Inhacapetum, localizada no interior deste município.

A idéia de comunidade é vaga e pouco precisa para a antropologia, se não for detalhada em seus elementos empíricos, porque genericamente apenas identifica círculo de relações comuns entre pessoas que convivem num mesmo espaço, que pode variar do âmbito familiar ao aldeão, do rural ao periférico e ao urbano e até ao nacional. Essas diversas amplitudes se complementam, mas é mais legítimo estabelecer que a comunidade é tanto mais efetiva quanto mais imediatas, diretas e contínuas são as relações estabelecidas no convívio entre os indivíduos que a constituem. Ao mesmo tempo, embora as relações humanas ocorram no espaço, não é o espaço que as definem enquanto enlaces sociais. Por isso, não foi o Parque Arqueológico, nem a cidade, nem a Reserva Indígena ou mesmo a Aldeia Alvorecer (*Tekoá Koenju*) escolhidos como unidade central do “Sítio”, porque assim legitimaria outra vez a manutenção de uma concepção administrativa cartesiana e topológica ensimesmada, que elege a dimensão física da paisagem (reduzida pela geometria do espaço topográfico e orográfico e pela idéia de formações geológicas) como fundamento dos quais se desdobram diretrizes de ação sobre o Patrimônio Nacional em São Miguel. Disto se constata que tal concepção faça reincidente a fixação sobre a

materialidade dos “remanescentes físicos”, fixando-se em torno à idéia de monumento edificado.

Esta racionalização administrativa funciona pela repartição da realidade em múltiplas fatias tratadas independentes, tornadas funções específicas de ministérios, secretarias, departamentos, orçamentários e rubricas que perdem qualquer sentido, quanto se tem por conta a integralidade das concepções e do modo de ser *Mbyá-Guarani*. Houve quem se queixasse de que o IPHAN não poderia assumir atribuições supostamente exclusivas da FUNAI, ao realizar o INRC com os Guarani em São Miguel. É fundamental resgatar o espírito de totalidade que movimenta o mundo cultural *Mbyá-Guarani*, onde não existe uma realidade física (*physis*) separada da humana (*anthropos*), nem separa do meio ambiente (*oikos*) ou independente ainda do social, do *krathos* ou do *mythos*. Embora a floresta virgem seja idealizada nos mitos *Mbyá-Guarani*, sua cosmo-ecologia tradicional torna seu mundo completamente humanizado, porque toda floresta é entendida enquanto reino onde habitam também os espíritos dos mortos que reencarnam em animais e onde seu deus lhes deixam dádivas para serem caçadas, pescadas, coletadas, degustadas e admiradas, muitas também temidas.

No presente caso, o INRC foi acionado para dar conta da existência de pessoas *Mbyá* em São Miguel, que podem ser observadas reproduzindo uma lógica e uma práxis próprias de sua etnia, atualizando suas cosmologia ameríndia herdada de tempos ancestrais. As pessoas *Mbyá* são distintas no perfil de comportamento em relação aos demais cidadãos que com eles convivem e dos quais eles se diferenciam desde o nível do biótipo, da língua e de outros contrastes radicais. Assim, impossível neutralizar a dimensão social implicada, evitando consolidar a falsa noção etnocêntrica difundida no senso comum de que os índios *Mbyá* são decadentes e em estado de degradação cultural, como se eles fossem indivíduos desgarrados dos seus laços tradicionais e comunitários e vagassem dispersos na paisagem conquistada pela civilização.

Embora vaga e imprecisa, no entanto, a idéia de comunidade tem a grande vantagem de reconhecer a existência de uma integração societária imediata e de pequena amplitude entre os *Mbyá* que estão em São Miguel, que os diferenciam dos

demais habitantes não-indígenas e que os conectam com toda a rede étnica característica dos *Mbyá-Guarani* espalhados em outras localidades e municípios do Rio Grande do Sul e do norte da Argentina, principalmente.

Os critérios que levaram a adotar a idéia de comunidade no núcleo da definição de sítio podem ser transpostos mais amplamente e talvez se tornem sugestivos numa discussão de ordem mais metodológica sobre a identificação do sítio como coluna-dorsal do organograma e do processo de execução do INRC. Sugerimos que a idéia de Sítio como centro da metodologia pode induzir a uma redução espacial e demasiado materialista do trabalho de registro, valorizando a determinação geográfica para - de forma paradoxal - tentar dar conta da especificidade imaterial das referências culturais inventariadas, desmerecendo o fato de que elas sempre são produtos da topologia e do simbolismo coletivamente constituídos na diversidade de ocupação e de uso do *habitat* por qualquer agrupamento humano. Esquadrinhar uma manifestação cultural enquanto sua forma de ocorrência espacial é tornar-se vulnerável ao perigo de suprimir sua consideração enquanto produção coletiva autônoma (no nosso caso, produção propriamente étnica), podendo desvalorizar ou mesmo suprimir a dimensão imaterial dos processos de identificação próprios ao grupo de pessoas que a produz.

Por isso, a definição de sítio deveria sempre seguir a orientação de se fundamentar em critérios sociais, tanto mais adequados quanto mais fidedignos aos estabelecidos pelos grupos portadores das referências culturais na fase de identificação e registro. Esta sugestão é feita tendo por base critérios antropológicos, evitando que se faça uma domesticação simplificada da autodeterminação dos grupos submetidos ao INRC, evitando que se valorizem mais as manifestações isoladas do que as pessoas que as executam, que devem ser prioritariamente reconhecidas enquanto sujeitos detentores de seus saberes e fazeres. O INRC não pode ser executado mantendo o vício de apropriação política e ideológica das manifestações culturais de grupos específicos para transformá-las em símbolos reificados de uma unidade nacional ou de uma “brasilidade” abstrata.

Numa sugestão mais radical, poder-se-ia pensar na metodologia do INRC tendo por eixo as coletividades que produzem as referências culturais inventariadas, ainda mais nos casos de grupos étnicos marcadamente diferenciados. Assim, a categoria

“sítio” poderia ser antecedida pela de “coletividade” na abertura do organograma, tornando-se derivada secundária desta para ser desdobrada em localidades, lugares e demais livros de registro estabelecidos.

Embora imprecisa, a categoria coletividade mantém abertura para o registro documental das manifestações de autodeterminação dos grupos constituintes da sociedade brasileira. Os propósitos do INRC não se podem desviar deste reconhecimento, nem ferir os direitos autorais coletivos em nome da pátria. Por outro lado, os recursos metodológicos da antropologia permitem precisar adequadamente a categoria coletividade em cada caso analisado, recolhendo elementos etnográficos que, dessa forma, permitem melhor qualificá-la.

Como dito anteriormente, essa proposição quer alertar para o fato de que existem interesses muito fáceis de identificar por trás de critérios utilizados para qualquer mobilização em torno à implementação do INRC, mesmo que o levantamento aponte que a “comunidade” idealizadora tenha sido o lobby de políticos ou o interesse do capital privado. Por isso mesmo, o critério “coletividade” permitiria filtrar as propostas que não demonstrassem suporte popular, que não se apresentassem como demanda coletiva para quaisquer grupos ou movimentos sociais.

No nosso caso, a idéia de “comunidade” contempla uma aproximação ao contexto social dos *Mbyá* em São Miguel. Tomando como referência o conhecimento etnológico disponível sobre grupos *Mbyá-Guarani*, definem-se suas comunidades subdivididas, de maneira complementar, entre os espaços dentro da aldeia e fora dela, nas áreas de circulação para obtenção dos recursos necessários ao sustento e nos locais de acampamento. Os territórios *Mbyá* são entendidos enquanto “províncias” (*guará*), compostas por uma ou mais aldeias (*tekoá*) e diversos acampamentos, todos ligados direta ou indiretamente entre si por laços de parentesco e de alianças. Os referidos *guará* não são unidades políticas autônomas nem permanentes e seus territórios possuem fronteiras cambiantes, cada um deles mantendo conexões com os demais através da estratégia contínua da circulação, da itinerância e de visitas mútuas.

A comunidade *Mbyá* em São Miguel é uma das mais populosas do Rio Grande do Sul e ela é o principal ponto de referência étnica para toda a região noroeste do Estado, conhecida como “Missões”. A vida dos *Mbyá* em São Miguel está centralizada

atualmente em torno da aldeia *Tekoá Koenju*, o que não deve suprimir o reconhecimento sobre a importância sociológica da autonomia das famílias que a constituem. A organização das relações sociais *Mbyá* está baseada na autarquia que fundamenta a modalidade doméstica da produção, gerando uma quase completa independência das famílias extensas que compõem a comunidade⁵. Sua organização política reconhece a existência de um chefe de aldeia (chamado cacique), mas essa liderança não exerce papel de mando ou de controle moral acentuado dentro da comunidade, sendo acionado geralmente mais no trato com os agentes institucionais e com não-indígenas que interceptam a vida da aldeia.

A autonomia dos núcleos domésticos está fundamentada na inexistência de relações de produção mais amplas que as da família extensa, surgindo os laços aldeãos apenas ao nível da distribuição e no consumo de recursos, servindo as festas e os rituais de comensalidade como base do prestígio político das famílias doadoras e de seus membros. A idéia de comunidade *Mbyá* envolve, assim, o caráter autárquico das suas famílias constituintes, que se movimentam independentes entre a aldeia, a mata, a cidade de São Miguel e outros deslocamentos mais além.

Apontar fragilidade nos laços políticos entre as famílias extensas não é sinônimo de desconsiderar a importância das alianças étnicas que se atualizam em São Miguel, fazendo com que as relações comunitárias se estabeleçam pela integração extra-local com outras comunidades atuais ou passadas (aldeias e acampamentos de Misiones, de Santa Rosa e de Guarita - Tenente Portela -, do Caaró, do Salto do Jacuí, de Porto Alegre e outras) dos *Mbyá*. A força de manutenção étnica reside exatamente nessa pulverização do campo político, nessa aparente anarquia familiar. No entanto, há uma cosmo-ecologia a regular tal suposta anarquia. A dispersão da força política a faz se estender no espaço ao invés de se aglutinar num centro, atualizando-se pela itinerância capaz de re-estabelecer alianças entre pessoas afastadas, que se visitam, trocam dons

⁵ Veja-se o trabalho de Marshall Sahlins (1977) sobre a economia nas sociedades ameríndias e também o de Pierre Clastres sobre a "Economia Primitiva" (1982), ambos detalhando aspectos que possuem ampla aplicação ao caso dos *Mbyá-Guarani*. A dissertação de mestrado de José Otávio Catafesto de Souza aborda "Uma Introdução ao Sistema Técnico e Econômico das Sociedades Guarani Pré-coloniais" (1987), onde aparecem descritos os elementos principais de organização social e econômica válidos até hoje entre os *Mbyá*.

e reiteram laços de reciprocidade em relativa dependência mútua, mesmo que geograficamente distantes entre si.

A comunidade *Mbyá* em São Miguel é feita pelo fluxo e refluxo das famílias entre as casas, as roças e as matas da aldeia, também estabelecendo o contato externo diário com colonos e fazendeiros não-índios, incluindo permanência provisória na cidade de São Miguel para venda do artesanato e para a obtenção de víveres no comércio e de serviços bancários, administrativos ou de saúde. Na aldeia, as casas são distribuídas por grupos de parentesco, afastados entre si e inexistindo uma simetria circular que configure uma aldeia em torno a um pátio central. Os agrupamentos de residência são unidos por caminhos lineares. A única lógica mais evidente é a distribuição das casas *Mbyá* segundo seu maior ou menor afastamento em relação à estrada que dá acesso ao interior da Reserva do Inhamitanga. Talvez não por acaso, a casa do cacique seja a primeira para quem chega pela estrada, recebendo ele os visitantes e apresentando o grupo (por ele organizado) de canto e dança no espaço de seu terreiro doméstico. Ao fundo e distante, junto ao rio Inhamitanga, residem outros grupos familiares, que poucas ligações ordinárias mantêm com a família do cacique e suas aliadas mais próximas.

Ao mesmo tempo, quase metade das pessoas da aldeia permanece regularmente na cidade de São Miguel, onde hoje dispõem de uma casa de passagem para pernoitar enquanto ficam afastados da aldeia. Não existe qualquer *Mbyá* que seja residente na cidade de São Miguel, pois estão ali principalmente atraídos pela presença de turistas e visitantes, o que ocorre segundo um ritmo sazonal e que falha em algumas épocas do ano.

Por tudo isso, nossa definição de sítio inclui o conceito de comunidade *Mbyá-Guarani* e enfatiza o pronome “em” ao invés “de” São Miguel, para ser mais correto desde as próprias representações sociológicas deles. Como já analisadas filosoficamente por Rodolfo Kusch (1977), as cosmologias ameríndias não se fundam enquanto ontologia, porque a noção ocidental de “ser” não possui equivalente nelas. Ao invés disso, as cosmologias ameríndias se definem pelo “estar”, pelo que nossa filosofia tem rotulado como “presentismo”. Assim também o é entre os *Mbyá*, em reprodução ao já descrito à cosmologia antropofágica típica dos povos Tupi-Guarani

(Viveiros de Castro, 1986) que se apresenta enquanto sistema não fundamentado na noção de “ser” ou de “ente”, mas sim na de “entre”. Em termos etnográficos, não se constatou ser marcante a identificação como “miguelino” entre os *Mbyá* que lá circulam. Eles se consideram “em” São Miguel e não se identificam em torno ao conceito “naturalidade” conforme o Código Civil brasileiro, ainda mais porque são poucas as crianças *Mbyá* efetivamente nascidas em São Miguel. A itinerância também impossibilita que se trate deles enquanto “de” algum lugar específico, já que há contínuas mudanças de residência de indivíduos e das unidades nucleares que compõem as famílias extensas da *Tekoá Koenju*.

Uma vez colocada a central importância da dimensão social e étnica através da aplicação da idéia de comunidade *Mbyá-Guarani*, foi necessário equacionar sua ligação com a outra faceta do “sítio”, daquela relacionada à importância histórica e monumental do lugar em que há os remanescentes físicos da antiga *Reducción de San Miguel Arcanjel*, daquele que foi um dos Sete Povos das Missões Jesuítico-Guarani fundados na Banda Oriental do Rio Uruguai no final do século XVII. É junto desses remanescentes que os *Mbyá-Guarani* contemporâneos recuperam sua visibilidade étnica, circulando e vendendo seu artesanato para viajantes de todos os continentes, percebidos como outra atração turística agregada aos monumentos tornados Patrimônio Brasileiro e da Humanidade em São Miguel.

Essa vinculação surpreendente entre os *Mbyá* e as “ruínas jesuíticas” é uma das principais causas da escolha de aplicação-piloto do INRC neste Sítio. Estes dois termos sintetizam contradições passadas e presentes, associando os *Mbyá* com a história dos Guarani coloniais, isto é, vinculando-os: aos nativos que receberam os jesuítas e construíram povoados em nome da Coroa Espanhola; aos que depois foram derrotados pelos colonizadores ibéricos, sendo seus povoados e direitos territoriais conquistados militarmente na criação de latifúndios portugueses (depois tornados brasileiros); aos que se tornaram marginalizados e invisíveis no meio do campesinato daquela região e que são descendentes dos antigos Guarani, mas que não foram contemplados com qualquer reconhecimento por parte das instituições que investem na identificação, proteção e valorização do Patrimônio da Humanidade em São Miguel.

Foi necessário usar outro recurso de distanciamento frente às noções etnocêntricas do senso comum sobre os *Mbyá-Guarani*, que se fundamentam na ignorância dos processos sociais e temporais da região. O enfoque histórico foi adotado para escapar do critério arbitrário de limites impostos na divisão político-administrativa dos municípios atuais no noroeste do Rio Grande do Sul. A presença dos *Mbyá* não se explica pela organização do atual município de São Miguel das Missões, mas sim pela ligação que eles têm com o *habitat* florestal da região e com as “ruínas” onde circulam, recriando sua ligação com os monumentos edificadas e com as obras de arte do passado missioneiro, algo que é reforçado pela observação de turistas e viajantes que chegam na cidade.

Assim, foram adotados diversos critérios que levaram à formulação do Sítio aplicando o conceito de “Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo”, todos eles buscando superar limites que a metodologia poderia induzir, evitando usar uma equação que anulasse a autodeterminação *Mbyá* e que reiterasse uma rotina administrativa voltada exclusivamente aos monumentos físicos. O INRC deve valorizar e salvaguardar o núcleo de onde brotam as referências culturais, o nicho étnico e “imaterial” do qual surgem as manifestações sociais em identificação e em registro. Nossa topografia geométrica e nossa geografia euclidiana de espaços contínuos e lineares não podem desconsiderar a abertura itinerante e continental da “comunidade” *Mbyá* em São Miguel, algo completamente diferente dos nossos zoneamentos político-administrativos. Portanto, a referência correta é São Miguel Arcanjo (Sítio Histórico) e não São Miguel das Missões (Município atual).

Uma vez superado o impasse de definir o sítio, a etapa metodológica seguinte foi subdividi-lo em localidades e lugares, incluindo dentro dele todas as extensões que figurassem enquanto espaços onde vivem os *Mbyá* e se efetuaram atividades de observação, identificação pela equipe do INRC, ou mesmo daquelas apresentadas pelos membros da comunidade como possuindo relevância cultural. A rede étnica que se estende em São Miguel possui larga amplitude, embora os *Mbyá* pareçam viver em anomia social e sem destino definido, em um tipo de pensamento também presente no cidadão comum naquela cidade.

A descontinuidade espacial foi adotada como critério para integrar diversas localidades afastadas entre si, mas definidas como parte do mesmo Sítio por suas ligações simbólicas e sociais identificadas ao longo da aplicação do inventário. Por exemplo, o evidente vínculo entre o espaço da cidade e o da reserva indígena existente no interior do município de São Miguel permite identificá-las como localidades do mesmo sítio, mesmo considerando a distância de vinte e seis quilômetros que as separam. No entanto, a maior distância das ligações identificadas com as comunidades *Mbyá* da Terra Indígena Salto Grande do Jacuí, Terra Indígena Lomba do Pinheiro (Município de Porto Alegre) e da Terra Indígena Capivari (Município de Palmares do Sul) suscitou a dúvida de identificá-las enquanto outros sítios vinculados e em igualdade na hierarquia de organograma do sítio Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo. Como já colocado anteriormente, o problema foi apresentado aos representantes *Mbyá* em diálogo sobre a aplicação do INRC, chegando ao termo de adotar a classificação destas comunidades enquanto localidades vinculadas ao Sítio, para manter a importância central da temática sobre a *Tawa* São Miguel. Desta forma, elas ficaram um nível abaixo no organograma adotado.

Sítio: Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo

I

Localidades

São Miguel	RI Inhapetum	Caaró	TI Salto do Jacuí	TI Lomba do Pinheiro	TI Capivari
------------	--------------	-------	-------------------	----------------------	-------------

Queremos marcar este fato como um exemplo concreto de como resguardar a autodeterminação das comunidades implicadas no processo de inventário das referências culturais. A posição dos *Mbyá* em preservar a centralidade da comunidade em São Miguel foi justificada pela visibilidade internacional que o Sítio tem e pela sua importância enquanto *Tawa*, enquanto ruínas de uma grande *Tekoá* criada pelos Guarani do passado e monumento material das injustiças cometidas sobre seus ancestrais. As “ruínas jesuíticas” são consideradas importantes para sensibilizar a opinião pública, os políticos e administradores sobre os direitos diferenciados dos

Mbyá-Guarani que hoje a freqüentam, recuperando a “saga guarani” presente enquanto memória no senso comum da população regional.

O critério da descontinuidade espacial surge como outra sugestão técnica de nossa equipe ao processo de execução da metodologia do INRC. Os *Mbyá-Guarani* radicalizam na forma dispersa e pulverizada em que estruturam suas relações comunitárias, mas consideramos ser este um traço amplamente difundido entre muitas comunidades tradicionais do país e mesmo em outras não tão tradicionais. Portanto, o INRC deve atender esta peculiaridade sempre que ela se apresentar empiricamente na realidade social trabalhada.

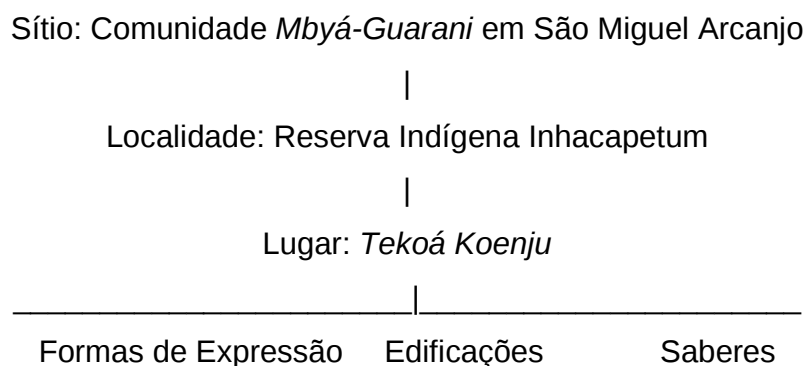
Depois desta definição, a classificação das demais localidades ficou mais fácil, já que todas elas estão também afastadas do centro de São Miguel e das “ruínas”, mas em pequena escala em comparação com as comunidades *Mbyá* em Porto Alegre e em Palmares do Sul. A categoria Localidade foi aplicada para classificar os espaços de média amplitude, preferencialmente as áreas com reconhecimento administrativo, como o são: 1) Terra Indígena Inhacapetum (reserva do Estado); 2) São Miguel (definição político-administrativa); 3) Caaró (Santuário e antigo acampamento *Mbyá*); 4) Terra Indígena Salto Grande do Jacuí (proteção federal); 5) Terra Indígena Lomba do Pinheiro (proteção federal); e 6) Terra Indígena Capivari (proteção federal).

Para fins de identificação, foram rastreados e captados dados em todas estas localidades, permitindo detalhar um pouco as ligações culturais entre comunidades afastadas no tempo (Caaró) e no espaço, parte ilustrativa da rede étnica *Mbyá* que se estende internacionalmente pelo Continente. A partir de um dado momento, foi estabelecida a decisão de não incluir mais outras localidades que o levantamento descobria conectadas a São Miguel, para que o trabalho pudesse chegar a um fechamento e viabilizasse a elaboração dos produtos no prazo esperado. Deixou-se de lado todas as conexões sociais com as comunidades *Mbyá* da Argentina e do Paraguai, que estão em maior proximidade geográfica de São Miguel do que comparado ao caso de Porto Alegre (incluída no inventário) e algumas delas convivendo diretamente com o Patrimônio das Missões (o que demonstra uma maior identidade temática).

Embora tal limite tenha prevalecido, consideramos que foi produzido um avanço significativo ao se adotarem critérios durante a fase de Inventário, sempre que fosse

necessário superar algum impasse conceitual, anulando as indefinições e buscando responder aos problemas reconhecidos durante a pesquisa.

Outro exemplo de decisão assumida pela equipe foi ascender o livro de Lugares um grau acima no organograma do Sítio Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel, tentando se adequar ao fato etnográfico de que todas as referências culturais identificadas o foram em algum lugar específico dentro das localidades definidas. Consideramos que o critério mais administrativo de Localidade (como explicado acima) é demasiado abstrato e não corresponde aos parâmetros sociais e ecológicos dos *Mbyá*. Considerando o referido presentismo filosófico dos *Mbyá*, adotamos o critério de desdobrar o inventário de cada manifestação documentada a partir do lugar onde ela foi observada ou referida como importante. Assim, por exemplo, a ficha Celebrações foi preenchida no acompanhamento do ritual *Nhemongaraí*, ocorrido no lugar *Tekoá Yryapu* (Aldeia Som do Mar), parte da Localidade Terra Indígena Capivari. Todos os registros foram desdobrados desta forma, a partir do lugar em que foram observados. Veja-se exemplo no gráfico abaixo:



É razoável considerar que esta nossa proposta metodológica torne o processo de inventário mais complexo, por eleger uma quantidade maior de lugares para serem reconhecidos e registrados. No entanto, é exatamente este o propósito de nossa escolha metodológica, que quer produzir uma documentação mais detalhada possível sobre todas as áreas de circulação dos *Mbyá*, concentrando elementos para que se faça a futura salvaguarda destas áreas como espaços de legítima circulação étnica. Tornou-se prioridade elevar a importância dos lugares, para resguardar o ritmo

itinerante dos *Mbyá* e para valorizar sua reivindicação constante pela manutenção da “territorialidade livre”.

Cada uma das localidades foi desdobrada em tantos lugares quantas fossem as referências culturais identificadas nele. É importante colocar que não foi critério de nossa equipe esgotar todos os livros de registro em cada uma das localidades trabalhadas. Pelo contrário, cada um deles foi detalhado mais amplamente numa única das localidades definidas, mesmo que as manifestações correspondentes também se façam presentes nas outras. Assim, o trabalho reforça a complementariedade e a interdependência das localidades constituintes do Sítio Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo.

As localidades “São Miguel” e “Reserva Indígena Inhacapetum” são centrais no Sítio, a primeira delas polarizando o simbolismo em torno das “ruínas jesuíticas”, a segunda o simbolismo do modo de ser *Mbyá* e sua autodeterminação *Mbyá-Guarani*. A primeira é composta pelos lugares de circulação dos *Mbyá*, incluindo inicialmente os locais freqüentados dentro do Parque Federal (ruínas, Sacristia Velha, sítio arqueológico) onde interagem com os visitantes e vendem artesanato (Museu das Missões), onde também pernoitam (casa de passagem ao fundo da antiga Quinta).

A carga simbólica acumulada pelos monumentos da antiga igreja de São Miguel, pelos demais remanescentes do parque e pelas esculturas em madeira do Museu das Missões é muito grande. A história de intervenção técnica sobre os monumentos do sítio tem quase um século, tornados gradativamente patrimônio regional e nacional para, na década de 1980, serem declarados Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. O lugar é visitado por milhares de pessoas ao longo do ano, atraídas de todos os continentes e países do mundo. O lugar tem sua importância ressaltada pelas centenas de reportagens veiculadas nos últimos anos em jornais, revistas, canais de televisão e de rádio espalhadas pelo Brasil e em outros países. Diversos produtos comerciais também se valem da imagem de São Miguel para sensibilizar o público e promover vendagem. Artistas regionais figuram entre as pedras das “ruínas” e entoam músicas que veneram sua importância, para assim demonstrarem sua identidade missioneira.

Seria impossível manter-se desapercibida a presença dos *Mbyá-Guarani* com tamanha repercussão dos monumentos. Em quase todas as reportagens se veicula a

idéia de “retorno” dos Guarani às Missões, algumas delas apontando para a situação de miséria em que se encontram, em comparação com a suposta “riqueza” do antigo povoado de São Miguel Arcanjo. A figuração do grupo de canto e dança *Jerojy* em eventos políticos e em festejos municipais sensibiliza o público frente à situação vivida pelos *Mbyá-Guarani* na São Miguel atual. Toda essa importância justifica a escolha que gerou este nosso trabalho, o que também foi levado em conta pelos *Mbyá-Guarani* quando decidiram preservar a centralidade da *Tawa São Miguel* no INRC.

Uma outra forma recente de uso da importância simbólica da *Tawa São Miguel* é na mobilização de uma “Comissão de Terras Guarani” organizada sob os auspícios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Igreja Católica, que promoveu diversos encontros (2005 e 2006) na cidade de São Miguel em torno à celebração dos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, marco simbólico da luta Guarani ao morrer bravamente depois de berrar a célebre frase “esta terra tem dono” ⁶. Um destes encontros foi organizado com a presença de centenas de representantes *Mbyá*, que entraram no Parque Federal em passeata portando faixas com dizeres de reivindicação pela terra, algo amplamente divulgado pela imprensa. Nossa equipe obteve imagens importantes deste evento, captando a presença das principais lideranças religiosas e espirituais dos *Mbyá* dentro da *Tawa São Miguel*. Assim, O INRC em São Miguel ocorre em paralelo a toda uma mobilização étnica em torno das “ruínas”, algo que interfere na vida dos *Mbyá-Guarani* em São Miguel e os coloca em situação de maior visibilidade do que acontece nas outras comunidades.

Além do Parque Federal com as “ruínas”, a cidade de São Miguel tem outros lugares de importância para a comunidade *Mbyá*, onde circulam gastando o dinheiro adquirido na venda do artesanato, buscando tratamento médico e serviços bancários ou até mesmo mendigando. O Parque da Fonte tem significado étnico especial, por ter abrigado durante anos o acampamento dos *Mbyá* na cidade, antes que a Reserva do Inhacapetum fosse criada em 2001. Na cidade também estão localizados os escritórios

⁶ A importância desta frase é cotidianamente reiterada em São Miguel. Em primeiro, porque ela está escrita em Língua Guarani no pórtico de acesso à cidade (*Co Yvy Oguereko Yara*). Em segundo, porque ela é reproduzida sonoramente todas as noites, como parte do texto reproduzido na apresentação do Som e Luz, espetáculo disponibilizado aos visitantes dentro do Parque de São Miguel. A referida frase é amplamente reproduzida em todo o Rio Grande do Sul, seja apropriada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), seja veiculada na boca de latifundiários mobilizados contra o MST.

de instituições que direta ou indiretamente interferem no cotidiano da comunidade, como são as secretarias municipais e a prefeitura, a Emater, a delegacia de polícia e o escritório técnico do IPHAN em São Miguel.

A localidade Reserva Indígena Inhacapetum fica no interior do Município de São Miguel das Missões, sendo a *Tekoá Koenju* (Aldeia do Alvorecer) seu lugar mais importante. A aldeia é composta por concentrações de casas dispersas entre si, em cada uma delas existindo pátios onde se dão boa parte das atividades diárias. O espaço destinado ao campo de futebol e o mato adjacente (com uma vala escavada como leito de fôrnalha para assar churrasco e uma mesa e bancos coletivos ao estilo campeiros) são os únicos locais em que ocorrem confraternizações propriamente aldeãs. A *tekoá* ainda é composta pelas roças familiares. Outros locais importantes são o mato da reserva e outros adjacentes (onde se faz caça, coleta etc.), as margens e leito do rio Inhacapetum (pesca, limpeza e espaço lúdico), a escola municipal (onde as crianças *Mbyá* estudam) e os assentamentos do MST existentes ao lado da reserva indígena. A importância da Reserva do Inhacapetum é fundamental, porque ela permite a reprodução do *nhande rekó* num sítio onde os *Mbyá* antes eram rechaçados, embora as condições encontradas ainda não sejam as mais adequadas para seus parâmetros culturais.

Na localidade Reserva Indígena Inhacapetum se fizeram as principais identificações referentes aos Livros “Ofício e Modos de Fazer ou Saberes”, “Edificações” e “Formas de Expressão”. Foram processadas em inventário as atividades como o artesanato, a caça, a pesca, a coleta, as casas tradicionais de moradia (*oó*) e de reza (*opy*) e o grupo *Jerojy*. Conflitos internos impediram que a identificação avançasse em seu detalhamento, o que exigiu o recurso de apoio externo pela equipe, procurando outras lideranças *Mbyá* reconhecidas por sua posição de defesa aos padrões tradicionais dos *Mbyá*. Assim, através do apoio do cacique da *Tekoá Anhetenguá*, (José Cirilo Morinico) lugar que faz parte da Localidade Terra Indígena Lomba do Pinheiro (Porto Alegre), apoiamos a organização do ritual do *Nhemongaraí*, (com a importante participação do cacique e *Karaí* Agostinho Duarte realizado no lugar *Tekoá Yryapu*, que faz parte da Localidade Terra Indígena Capivari). Extensões inusitadas de nosso trabalho.

A busca por uma melhoria de vida faz parte das motivações *Mbyá*, paradoxalmente ligadas às referências deixadas pelos antepassados e seu modo tradicional de vida. O INRC foi apropriado por eles como oportunidade para avançar demandas reprimidas na destinação de outras porções de terra com floresta para a criação de novas *tekoá*. Assim, a etapa de Identificação acabou por incluir outras localidades por sua importância ecológica e por sua ligação com o passado *Mbyá* naquela região específica, justificando ainda mais sua subordinação ao sítio de São Miguel. A primeira delas é o lugar do antigo acampamento *Mbyá* localizado às margens da BR 285, no distrito de Caaró (Município de Caibaté) e próximo ao acesso viário do Santuário erguido em homenagem aos jesuítas martirizados pelos índios no século XVII. O segundo lugar de importância regional é a chamada Mata São Lourenço, hoje constituída como parte de uma fazenda de propriedade privada e que abrigou, em passado recente (meados do século XX), uma *Tekoá* criada pelo *Mbyá* Carlito Pokú, reconhecido *Karaí* que ali edificou inclusive uma *opy* (casa de reza).

Demandas por terras e por áreas de floresta, algo que se embute no processo de “patrimonialização” promovido pelo INRC junto aos *Mbyá*, algo que não deve ser relegado a um segundo plano. Existem outras áreas de mata desejadas pelos *Mbyá* naquela região, porque as matas são o espaço necessário à reprodução de todo o *nhande rekó*, sendo necessário sempre um *locus*, um Lugar e uma Localidade para que as celebrações, os ofícios, as formas de fazer e saber e as edificações tradicionais se atualizem entre os *Mbyá*.

A cosmo-ecologia *Mbyá* é integral, holista, totalizadora, sintética. A metodologia analítica (porque parte e reparte) de Livros de Registro não pode se impor a ponto de suprimir essa importante dimensão. Embora a metodologia do INRC tenha sido pensada para promover a salvaguarda das referências culturais depois que elas tenham sido processadas detalhadamente enquanto Livros de Registro, o exemplo *Mbyá-Guarani* subverte esta lógica, porque não interessa a eles que o Estado brasileiro promova a salvaguarda de seus rituais, de seus cantos, de seus saberes e de seus fazeres. Isso eles mesmos fazem com toda a propriedade, sem depender ou precisar de apoio externo.

Eles precisam sim de salvaguardas para as condições básicas ao exercício de sua autodeterminação étnica, sem que o Estado interfira sobre assuntos que lhes são exclusivos. Desde o início dos trabalhos, os *Mbyá* reiteram limites à nossa curiosidade intelectual e técnica, evitando falar sobre muitos aspectos de sua tradição, não permitindo o registro fotográfico e fonográfico ou sequer deixando presenciar o evento cultural em discussão. Isso promoveu um sentimento inicial de angústia, ao constatar que os *Mbyá* sempre nos manteriam fora do núcleo “espiritual” (imaterial) de suas referências culturais, o que prejudicaria enormemente o preenchimento das Fichas de Identificação.

No entanto, a evolução dos trabalhos acabou revelando que é exatamente este limite étnico imposto ao INRC (e a todas as demais iniciativas de invasão civilizada sobre sua cultura) um dos “bens” a ser apontado como objeto de salvaguarda nas políticas de Patrimônio Imaterial. Trata-se da “dimensão do mistério”, do limite que os *Mbyá* impõem aos estrangeiros sobre seus saberes e fazeres. Através da “dimensão do mistério” é possível resgatar a integralidade que unifica todos os Livros de Registro, daquilo que está aquém de nossas categorias analíticas e de nossas rubricas administrativas.

Outras duas dimensões se complementam ao mistério na possível salvaguarda a ser exercida em benefício da autodeterminação *Mbyá* e da integralidade do seu *nhande rekó*. Ambas também não contidas nos Livros de Registro, porque são amplas em demasia para serem reduzidas em um dos conceitos metodológicos do INRC. Assim como o “mistério”, a “mata” (*Kaaguy*) e a itinerância pelo belo caminho da tradição (*Jeguatá Tape Porã*) são “bens” fundamentais para a sobrevivência das referências culturais *Mbyá-Guarani*. A mata é fundamental porque nela estão todas as condições simbólicas e materiais necessárias aos *Mbyá-Guarani* se reproduzirem física e culturalmente. Da mata surgem os recursos necessários aos fazeres, saberes, celebrações, expressões e tudo mais contido atrás do mistério.

Por outro lado, não basta existirem matas resguardadas, se os *Mbyá* não têm acesso a elas, se eles forem contidos dentro de reservas limitadas e não tiverem direito de circulação livre sobre a terra. Como toda a etnologia mostra para os Guarani e se confirma para os *Mbyá*, a itinerância é outro fundamental “bem” cultural a ser

salvaguardado, porque ele viabiliza a atualização da cosmo-ecologia *Mbyá*, fundamentada na idéia de um constante trilhar o caminho (*tape*) da tradição. O ritmo sazonal, a autonomia dos núcleos domésticos, as visitas são alguns dos tantos que motivam esse constante trilhar de caminhos que reforça a tradição.

Assim, nossa sugestão final é de que os Livros de Registro não podem se converter em fórmulas fechadas, arbitrando quais aspectos pontuais, quais detalhes são mais essências e quais não o são, apresentando uma legitimidade oficial, federal, sobre a suposta originalidade e integralidade de uma manifestação cultural tornada objeto de salvaguarda. O trabalho do INRC não pode ser usado como uma espécie de cartilha para vigilantes culturais que reprimem desvios do bem imaterial “patrimonializado”. Voltamos a reiterar que é a autodeterminação dos grupos implicados o verdadeiro “bem” a ser salvaguardado, que seus direitos autorais sejam reconhecidos eternamente, que gozem de todo o direito que eles possuem em criar, desfazer e recriar suas manifestações culturais.

A aplicação do INRC no sítio “Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo” deixa ricas sugestões, podendo contribuir ao melhoramento da metodologia proposta e ser útil se tomado em comparação às demais experiências aplicadas ou em aplicação no Brasil. Propor como bens de salvaguarda (1) a “dimensão do mistério”, (2) o acesso às áreas de mata e (3) reconhecer oficialmente o direito de exercício da “territorialidade livre” são propostas que surgiram da interação entre os limites/possibilidades dos instrumentos propostos pelo INRC e a radical diferença cultural dos *Mbyá-Guarani*, manifesta pela vontade expressa por seus representantes. Constatamos que os instrumentos em si não são restritivos, mas também não induzem ao pleno respeito necessário aos autores das manifestações inventariadas e às tradições das coletividades que eles representam.

Embora seja controversa, reiteramos a posição de que a metodologia do INRC deve estar explicitamente dirigida ao reconhecimento das motivações sociais e dos interesses que motivam sua aplicação. O bom termo do Inventário depende de um prévio diagnóstico sobre tais motivações e interesses, tanto mais legítimos quanto mais relacionados a um dos tantos grupos (profissionais, políticos, ideológicos, de crença e religião, de mobilização, étnicos etc.) formadores da sociedade nacional. Os inventários

que se fazem a partir do recorte temático e do recorte regional/territorial só se justificam na medida em que sejam apropriados pelos autores mesmos do patrimônio imaterial inventariado.

Portanto, está em pauta novamente a autodeterminação e a dimensão política do empreendimento, critério que precisa de todo suporte técnico possível para prevalecer sobre as demais variáveis, mesmo que as motivações identificadas sejam as de um grupo restrito de intelectuais (políticos e profissionais principalmente), que especulou sobre a propriedade de um “bem” imaterial a ser salvaguardado. Assim, a execução do INRC torna-se um palco de embate político, servindo o critério da autodeterminação como filtro para medir a arbitrariedade de qualquer proposta que se aventure à execução de Inventário.

Nos últimos meses de trabalho programados para a etapa de Identificação, nossa equipe teve cada vez mais claro o compromisso assumido pelo Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS) e pelo Ministério da Cultura/IPHAN junto aos *Mbyá-Guarani* em todo o Estado do Rio Grande do Sul, de garantir continuidade no processo agora iniciado. Os *Mbyá-Guarani* se apropriaram do tema Patrimônio Imaterial e o adequaram ao processo de mobilização étnica pelo reconhecimento de seus direitos diferenciados. A *Tawa São Miguel* torna-se contexto capaz de ampliar a visibilidade sobre a diferença de sua existência contemporânea e torná-la cada vez mais legítima no seio da sociedade nacional e também nas demais nações do Mercosul.

A execução do INRC criou grandes expectativas entre os *Mbyá-Guarani* e a continuidade de ações que os integrem nas políticas de Patrimônio Cultural tornou-se um compromisso inevitável para os gestores públicos atuais e futuros. Os *Mbyá-Guarani* exigem respeito e a utilização futura de todo o material produzido no processo deve contar sempre com sua aprovação, com a consulta e com o envolvimento de suas opiniões. Se os objetivos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) tornarem-se concretos, os *Mbyá* poderão receber uma maior atenção e respeito perante a sociedade brasileira, sul-rio-grandense, missioneira e miguelina, o que se irradiará mais amplamente com certeza.

A integralidade da vida no *nhande rekó Mbyá-Guarani* é dimensão que precisa nortear todas as ações dirigidas às suas comunidades. No entanto a administração pública reparte a realidade em instâncias independentes, que agem autônomas e não se planejam em parceria, mesmo quando atendendo um mesmo grupo de pessoas. Assim tem sido entre os *Mbyá* no Brasil, saturados de agentes independentes que chegam da Fundação Nacional de Saúde, da Fundação Nacional do Índio, do Ministério e da Secretaria da Educação, de diversas universidades e, agora, do Ministério da Cultura. Poderia o INRC promover uma integração de esforços entre tantos agentes, órgãos e instituições que atuam entre os *Mbyá*?

Este é o esforço que consideramos necessário empreender desde agora. Nossa equipe do INRC em São Miguel teve oportunidade de acompanhar e mediar os interesses dos *Mbyá* frente aos mais diferentes órgãos e instituições, exercendo esse papel de unificação de esforços, promovendo a integração e o diálogo entre agentes antes afastados. Certamente, nossa atuação provocou desavenças e mal-entendidos, mas consideramos isso inevitável frente a todo o preconceito velado que vigora contrário aos *Mbyá-Guarani*. Esperamos que nossos esforços não sejam em vão. Esperamos que o otimismo *Mbyá* contagie a todos. *Aguyjevete!*

Bibliografia:

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio

1987 – **Uma Introdução ao Sistema Técnico e Econômico das Sociedades Guarani Pré-coloniais**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS (dissertação de mestrado).

CLASTRES, Pierre

1982 – **Arqueologia da Violência: Ensaios de Antropologia Política** São Paulo: Brasiliense.

FRY, Peter

1982 - **Para Inglês Ver**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.

KUSH, Rodolfo.

1977 – **El Pensamiento Indígena y Popular en América**. Buenos Aires: Hachette S.A.

OLIVEN, Ruben

1986 - "As metamorfoses da Cultura Brasileira" In: _____. **Violência e cultura no Brasil.**

Petrópolis: Vozes.

SHALINS, Marshall.

1977 – **Economía de la Edad de la Piedra.** Madrid: Akal.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de

1995 - ***Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.***

Petrópolis: Vozes.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo

1986 - *Araweté: os deuses canibais.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.